

Fundação Getúlio Vargas - EAESP-FGV

---

# **Programa Moeda Social**

## **Mumbuca: Inovação Social, Digital e Econômica**

---

**RELATÓRIO DE PESQUISA – PROJETO CONEXÃO LOCAL**

**GVPesquisa**

Alunos: Henrique Freitas e Olavo Egydio

Tutora: Irina Cezar

São Paulo

2014





## Agradecimento

---

Gostaríamos imensamente de agradecer a possibilidade de participar projeto de iniciação a pesquisa que foi possibilitado pelo GVPesquisa e todos os responsáveis pelo sua realização, em especial ao Professor Rafael Alcadipani e à Isolete Rogeski. Agradecemos à Irina Cezar, nossa orientadora de pesquisa que esteve presente na primeira semana do projeto e nos forneceu o auxílio necessário. Nossos cordiais agradecimentos ao Instituto Palmas, à Prefeitura de Maricá, à Secretaria de Direitos Humanos e a todas as pessoas entrevistadas que foram muito importantes para as conclusões do projeto e para o relatório. Um agradecimento em especial para o Paulão - motorista do Instituto Palmas- que foi o designado para nos ajudar no que fosse preciso, formando com ele uma relação próxima durante essas três semanas de imersão em Maricá. Devemos ressaltar que tratou-se de uma experiência muito rica em aprendizados, talvez umas das mais importantes durante a graduação sendo algo que carregaremos em nossas vidas. Obrigado,

Henrique e Olavo.



## Sumário

<b>1- Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2- Metodologia .....</b>	<b>6</b>
<b>3- Histórico do Programa .....</b>	<b>7</b>
<b>4- O Programa .....</b>	<b>10</b>
<b>5- Atores socialmente relevantes.....</b>	<b>14</b>
<b>I)Usuários .....</b>	<b>14</b>
<b>II) Comerciantes .....</b>	<b>15</b>
<b>III) Poder Público.....</b>	<b>17</b>
<b>IV) Instituto Palmas .....</b>	<b>18</b>
<b>V) Vale Shop .....</b>	<b>19</b>
<b>VI) Sociedade Civil.....</b>	<b>20</b>
<b>6- Discussão.....</b>	<b>21</b>
<b>7- Conclusão .....</b>	<b>24</b>
<b>8- Bibliografia: .....</b>	<b>26</b>



# 1- Introdução

---

O seguinte relatório é fruto da décima edição do Projeto Conexão Local, do GVpesquisa da EAESP-FGV que foi feito a partir da experiência do Banco Comunitário Popular de Maricá, implementado pela Prefeitura em convênio com o Banco Palmas. O programa, com apenas seis meses de existência, criou uma moeda social eletrônica como meio de transferência de renda, tratando-se de uma inovação no campo de finanças solidárias, promovendo o desenvolvimento da economia local e melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda.

O local de aplicação do programa é o município de Maricá, do Estado do Rio de Janeiro, localizado a 60 km da capital, tendo uma população estimada em 140 mil habitantes espalhados em uma extensa área de 362 km<sup>2</sup>. No ano de 2014 completou 200 anos de existência, sendo fundada em 1814. O município é dividido em quatro grandes distritos: Maricá, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu, que são subdivididos em cinquenta bairros. Sua geografia é bem heterogênea, possuindo serras, lagoas e oceano. Em relação ao IDH, percebe-se uma grande evolução nas últimas décadas, sendo 0,520 em 1991, 0,637 em 2000 e 0,765 em 2010. Os responsáveis por este aumento seriam: a educação, seguida pela renda e pela longevidade. Houve diminuição da desigualdade, com o Índice de Gini passando de 0,56 em 1991 para 0,54 em 2000 e para 0,49 em 2010. Apesar da diminuição da desigualdade e do IDH alto, o município ainda apresenta uma renda per capita mensal de R\$910,00 e 1,47% da população na extrema pobreza em 2010. Possui uma população economicamente ativa de 63,61%, em 2010, com grande maioria atuando na Administração Pública municipal ou no comércio local.<sup>1</sup>

A receita municipal provém em grande parte dos royalties do petróleo (R\$ 112.000.000,00), totalizando mais de um terço do total da receita corrente, enquanto a receita tributária é de 15% (R\$ 50.000.000,00).<sup>2</sup> Na tabela abaixo estão representadas todas as transferências provenientes dos royalties destinadas ao Banco Palmas, totalizando 2,276 milhões de reais até então.<sup>3</sup> Devemos perceber que o fato de transferir

---

<sup>1</sup> Dados retirados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

<sup>2</sup> Dados retirados do Site Meu Município

<sup>3</sup> Dados retirados do portal da transparência da Prefeitura de Maricá, tabela de elaboração própria.

esses recursos para a população mais pobre da cidade é uma oportunidade muito interessante para desenvolver socioeconomicamente o município, abrangendo também o comércio local. Assim, tendo em vista que as alternativas para o uso deste recurso é limitado em lei, este uso é parece ser adequado.

	Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Total:
<b>Novas Famílias</b>	<b>Repasse</b>	\$394,537.44	\$89,530.00	\$159,740.00	\$232,680.00	\$ 78,960.00	\$ 72,335.00	<b>\$1,027,782.44</b>
<b>Já existentes</b>	<b>Recarga</b>	\$143,150.00	-	\$143,150.00	-	\$392,420.00	\$554,795.00	<b>\$1,233,515.00</b>
	<b>Outros</b>	\$ 2,800.00						<b>\$ 15,002.19</b>
		\$ 12,202.19						<b>\$2,276,299.63</b>

## 2- Metodologia

Durante o período de 30/06 até o dia 17/07 estivemos em Maricá-RJ realizando ao todo 68 entrevistas, na maioria das ocasiões com um questionário semiestruturado, procurando entender a visão, o uso que os diferentes grupos tinham do programa e os atores envolvidos no seu funcionamento. Deste total 28 são o grupo de usuários (abrangendo também os “pré-usuários”), 27 estabelecimentos (sendo 17 credenciados, 6 descredenciados e 4 não credenciados), 8 da administração municipal, 4 do Instituto Palmas e 1 representante da sociedade civil.<sup>4</sup> As entrevistas foram conduzidas nos locais designados pelos entrevistados - com exceção dos usuários, que foram contatados no momento de uso ou recebimento do cartão - sem um período específico para cada grupo, de modo que realizamos as entrevistas conforme conseguíamos marcá-las. A partir disso identificamos 6 grupos sociais relevantes, sendo eles os I) Usuários ; II) Comerciantes; III) Poder Público; IV) Instituto Palmas; V) Vale Shop e a VI) Sociedade Civil.

Além disso, procuramos documentos que pudessem ser úteis para nossa pesquisa, como a Lei 2.465 de 23/09/2013, que estabelece as principais diretrizes e funcionamento do programa, o 1º relatório de atividades do Instituto Palmas, os artigos sobre a moeda - indicados na bibliografia - e o edital de licitação e o contrato do convênio - que foram solicitados mas ainda não foram entregues. Vale ressaltar ainda que ao longo da pesquisa produzimos um blog <<http://conexaomarica.blogspot.com/>> ,

<sup>4</sup> As informações básicas de cada entrevistas encontram-se no Anexo 1

com o intuito de reportar nossas experiências diárias, escrevendo nossas impressões e os conteúdos das entrevistas, além de registrar fotos dos locais visitados.

### 3- Histórico do Programa

---

O programa entrou na agenda do Prefeito quando conheceu uma iniciativa de moeda social em Silva Jardim/RJ, apresentado pelo Prefeito Marcello Zelão, ficando muito surpreso com os resultados obtidos, idealizando trazer o projeto para Maricá. Além disso, viu-se uma oportunidade de reduzir a “fuga” de capitais para os municípios vizinhos, os quais por possuírem redes maiores de comércio, vendiam à preços menores, atraindo os moradores de Maricá para gastar seu dinheiro lá, prejudicando a economia local. Com isso, a prefeitura fez em 2010 um projeto de Lei que enviou à câmara e não chegou sequer a ser votado, como explicou o vice-prefeito Marcos Ribeiro *“Houve uma época em que o Presidente da Câmara era o Luciano Rangel Júnior (PRB) e ele não colocou nem em votação, ele simplesmente ignorou a proposta de 2010 do Prefeito e na época foi até cogitada essa negativa do presidente da Câmara dos Vereadores porque ele percebeu claramente que isso seria um programa social muito extenso e naquela época ele já fazia parte da oposição, então ele não iria botar isso na mão do Prefeito Quaquá (PT). E assim foi feito, ou seja, não foi feito. Dai teve a eleição de 2012 e o Fabiano Horta (PT) assume o cargo, afinado com o prefeito politicamente, sendo a proposta uma das primeiras coisas que fez foi a aprovação dessa lei (em 2013)”*.<sup>5</sup> Assim, antes de se realizar a nova Lei, o prefeito enviou seu Secretário de Direitos Humanos, Miguel Moraes, para o Conjunto das Palmeiras conhecer o Banco Palmas, onde encontrou um momento de dificuldades - período de seca e o Banco tinha acabado de ser assaltado – o que já em um primeiro momento deixou-o receoso quanto ao uso do papel moeda próprio pela questão da segurança. Voltando para Maricá iniciou-se o diagnóstico para fazer a formulação, com um levantamento popular com 42 agentes, dividindo a cidade em quatro distritos, fazendo visitas casa a casa para mapear todos os 140.000 habitantes, descobrindo que 75% ganhava até três salários mínimos e que 13.000 famílias poderiam receber o benefício. Em seguida o prefeito realizou um

---

<sup>5</sup> Transcrito da entrevista realizada no dia 11/07

estudo com rigor mais científico e chegou em um resultado próximo. Além disso realizaram-se reuniões com comércios, poder público, associações locais, cooperativas e igrejas para analisar se a cidade teria condições de receber um Banco Comunitário.

A fase da formulação começou com a ideia de possuir uma moeda social eletrônica, programa de bolsa auxílio e microcrédito, estudando como tornar esta iniciativa legal para ser realizada pela prefeitura. Para isso, precisavam de um banco que não poderia ser de administração direta da prefeitura, sendo necessária realizar uma licitação: a modalidade escolhida foi convite, chamando o Banco Palmas e mais duas, tendo sido o Banco Palmas o vencedor. Deve-se notar que isso é necessário para que a prefeitura não possua relações diretas com cada um dos comércios credenciados, o que dificultaria o processo. Desse modo criou-se um fundo para gerir os recursos destinados ao programa, vinculando-o à um conselho com participação civil – com médicos e comerciantes - que controla e estabelece regras para uso dos recursos. Em seguida, procuraram uma empresa que pudesse customizar seu cartão para realizar os serviços relativos à moeda social eletrônica chegando então à Vale Shop, de Brasília, que realizaria a confecção dos cartões, instalação das máquinas e serviço eletrônico de bloqueio e desbloqueio e atualização do saldo – como não poderia ser contratada diretamente, foi indicada ao Banco Palmas, que contratou o serviço. Ademais, foram elaboradas em conjunto com o Instituto Palmas as fichas, planilhas e materiais de divulgação que seriam utilizados no cadastramento das famílias e comerciantes.

Depois disso foram realizadas novas conversas visando os usuários, buscando associações, pastorais, igrejas, lideranças religiosas africanas para realizar um audiência pública onde explicariam o funcionamento do programa e seu intuito. A audiência contou com mais de 500 participantes – número expressivo para uma cidade como Maricá - e procurou tirar dúvidas e receios para reduzir a resistência ao programa. Então quando enviado para a câmara novamente, o projeto foi aprovado com unanimidade. A partir daí se iniciou a contratação e capacitação da equipe - realizada pelo Joaquim Melo - que trabalharia no projeto, sendo doze funcionários ao todo, dos quais dez ficam na sede em Maricá, um na sede em Fortaleza e outro, responsável pela interface, entre os dois escritórios.

Realizaram então a preparação dos locais que receberiam as famílias para fazer os cadastros, iniciando-se os pré-cadastros de 2.000 famílias, quando já haviam



comerciantes cadastrados, entregando os primeiros cartões em uma comemoração solene dia 30 de Dezembro. É interessante ressaltar que a intenção do programa é que o número de comerciantes cadastrados e usuários cresça proporcionalmente, a fim de que o gasto não se divida ou concentre em muitos comerciantes, sem também limitar as opções de compra. Atualmente são 9.000 cartões no total e 120 comerciantes, pretendendo-se chegar em 13.000 até o final do ano e 300 comerciantes.<sup>6</sup>

O programa recebeu o nome de Mumbuca em homenagem ao Rio Mumbuca localizado no humilde bairro Mumbuca, localizado perto do centro no qual o Prefeito Quaqué nasceu e cresceu.

Em um horizonte mais próximo, os programas relacionados ao cartão que devem ser implementados são o do Café da Manhã Mumbuca, para o grande número de trabalhadores que trabalha fora da cidade, dando crédito para gastos em padarias no período da manhã; ajuda aos estudantes para custearem cursos profissionalizantes; e o mais interessante e aparentemente parcialmente implementado: das cooperativas de peixe e agricultores. Esse programa será realizado em parceria com a Secretaria de Pesca e Agricultura procurando tornar produtos orgânicos mais acessíveis, incentivando também os produtores e pescadores locais. Seu funcionamento se daria pela concentração das mercadorias em quiosques específicos adequados para a preservação dos produtos credenciados ao Mumbuca, retirando-se a necessidade de intermediários entre os produtores e compradores. Vale ressaltar que o secretário disse conhecer casos de pescadores que não tinham como comer o próprio peixe devido ao preço e por não possuírem barcos de pesca próprios.

A segunda fase (futura) para o Projeto Mumbuca, terá como foco o oferecimento de microcrédito com valores variáveis entre R\$1 a R\$15.000 Mumbucas para um determinado público alvo - não sendo necessária a obtenção do cartão mumbuca para pleitear a participação. O público inicial seriam os trabalhadores de artesanato, pequenos agricultores, pequenas oficinas, pescadores, cabeleireiros, manicuras, pequenos comércios e etc. A ideia é que o crédito possibilite a ampliação do negócios, compra de ferramentas, desde inchadas, tesouras até barcos de pesca com um valor de juros que será de 0,25% ao mês somente para acompanhar a inflação, sendo um prazo máximo de 24 meses para pagar o empréstimo e cada setor com um tempo diferente de

---

<sup>6</sup> Números fornecidos pela Prefeitura até o fechamento deste relatório em Julho

amortização, uma vez que a lógica de funcionamento e condições de pagamentos são diferentes. A taxa de juros do programa, menor ainda que a de 0,75% do BNDES, será a de menor juros que a população irá encontrar. Pretende-se também realizar uma parceria com o SEBRAE para a linha de microcrédito, porém não conhecemos em detalhes esse programa, pois as conversas ainda não se iniciaram, entretanto acreditamos que deva ser semelhante a realizada com o SEBRAE e o Banco Palmas em Fortaleza.

E “não para por aqui”, segundo o Secretário, fazendo referência à um futuro projeto chamado “cartão para os pais”, sem data para implementação, que seria a ampliação do uso do cartão mumbuca para a compra de materiais escolares e demais necessidades educacionais dos estudantes de baixa renda pertencentes a rede pública de educação. Sua ideia visaria fomentar ao comércio local - credenciado futuramente - de lojas que se instalassem na região. Com isso visa-se o fortalecimento na economia local, uma vez que os produtos desta natureza são comprados fora do município, embora exista demanda o suficiente para ter um existência de um comércio local de materiais escolares. Vale ressaltar que a ideia nasceu da dificuldade de que as empresas locais ganhassem os pregões da prefeitura para compra de materiais, procurando uma forma de fortalecê-las.

## 4- O Programa

---

O Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá foi sancionado pela Câmara dos Vereadores, gerando a Lei No 2.448, de 26 de junho de 2013. Dentro desse amplo programa procura-se combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município. As iniciativas seriam: fomento à economia solidária com a criação do Banco Comunitário Popular de Maricá - estabelecendo convênios com organizações da sociedade civil, no caso o Instituto Palmas -; a criação de uma Moeda Social; combate à pobreza com a transferência de renda do Programa Social Bolsa Mumbuca e desenvolvimento



econômico e social por meio do microcrédito, sendo todas as ações executadas com recursos advindos do Fundo Banco Comunitário Popular de Maricá.

O Fundo tem como objetivo dar suporte financeiro à consecução dos objetivos tratados na lei, promovendo sua viabilização e organização a captação, o repasse e a aplicação de recursos necessários à sua implementação. O repasse de recursos ao Banco Comunitário Popular de Maricá se dará através do convênio com o Instituto Palmas. O orçamento do Fundo evidenciará as políticas e os programas de trabalhos governamentais, observados no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, integrando o orçamento do município.

A Bolsa Mumbuca é uma transferência de renda direta às 9.000 famílias cadastradas que vivem com uma renda familiar de até um salário mínimo por mês ou com algum membro familiar com algum tipo de deficiência. No começo do Programa cada família recebia 70 Mumbucas – equivalente à 70 Reais – por mês e a partir de maio o valor passou para 85, sob a justificativa de que as 15 mumbucas adicionadas pudessem ser gastas nas peixarias credenciadas, para incentivar o setor - embora o valor possa ser gasto em qualquer comércio credenciado -, dessa forma pretende-se aumentar progressivamente o repasse até chegar em 300 mumbucas até 2016.

O programa é uma grande inovação no Campo de Finanças Solidárias e um dos mais criativos programas municipais de distribuição de renda no Brasil, por conta da sua escala e natureza peculiar. A novidade é a substituição da recorrente cédula pelo cartão de débito, sendo a primeira moeda social eletrônica do país<sup>7</sup>, de modo que é possível ter uma maior transparência, informatização dos dados e controle, facilitando assim uma boa governança de gestão. Segundo o trecho da entrevista com o Vice Prefeito: *“A gente poderia ter feito uma moeda com cédula, aliás a gente poderia não ter feito moeda nenhuma. 1- sem moeda, 2- com cédula e esses recursos irem embora para outros municípios ou para comprar crack, 3- a gente fez em cartão e poderíamos não estar preocupado com a concentração de comerciantes mais ricos da cidade, estamos. 4- quando percebemos que alguns estão se destacando mais do que outros, o sinal vermelho começa a ser ligado. (A moeda) É focada desde o começo na redistribuição de renda e fomento do comércio local, notadamente dos pequenos comerciantes. Isso é um mérito em seguida de méritos da prefeitura local de Maricá*

---

<sup>7</sup> Referência 3 da Bibliografia

*através desses programas todos, e é claro que um programa desse tamanho apresentará problemas que serão resolvidos.”*

Em relação aos comerciantes de pequeno e médio porte, já foram credenciados 104 empreendimentos, desde mercados, hortifrutis, peixarias, farmácias, distribuidoras de água e gás, bazares, lojas de embalagens, materiais de construção e papelarias. Não há nenhum custo para o credenciamento, instalação da máquina e manutenção, o comerciante só precisa pagar uma taxa de 3% em cima do valor vendido e 35 reais a partir da segunda máquina.

O Conselho Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá - ECOSOL-CPDES foi criado como órgão consultivo e deliberativo do fundo, gerindo-o de maneira multidimensional a partir dos cinco representantes do Poder Público, sendo as Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania - responsável pela presidência-; Trabalho e Emprego Renda; Fazenda; Assistência Social, Cidadania e Participação Social; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Petróleo. Além disso, seria<sup>8</sup> também gerido por quatro representantes da Sociedade Civil: *Associação Comercial, Industrial e Agropastorial de Maricá; Clube de Dirigentes Lojistas de Maricá; Associação Médica de Maricá(AMM);* Federação das Associações de Moradores de Maricá. Dessa maneira, atualmente é formado por dois representantes dos empresários e comerciantes de Maricá, um representante dos médicos de Maricá - aparentemente sem nenhum vínculo com a AMM - e um da Associações de Moradores de Maricá. A escolha dos conselheiros da sociedade civil se dá por convites do secretário, o que nos fez pensar sobre a representatividade do conselho, pois aparentemente os membros escolhidos não representam alguma das organizações mais importantes do município. As reuniões ocorrem mensalmente, tendo suas pautas definidas sempre na reunião anterior. Vale ressaltar que por vezes ocorrem também reuniões extraordinárias, quando surge alguma pauta que deve ser resolvida com mais urgência.

Os processos que contemplam o funcionamento do sistema são o cadastramento e o fluxo de crédito. O primeiro, no caso dos usuários, funciona da seguinte forma: a prefeitura realiza o cadastramento e verificação de renda dos possíveis beneficiários(1) ,

---

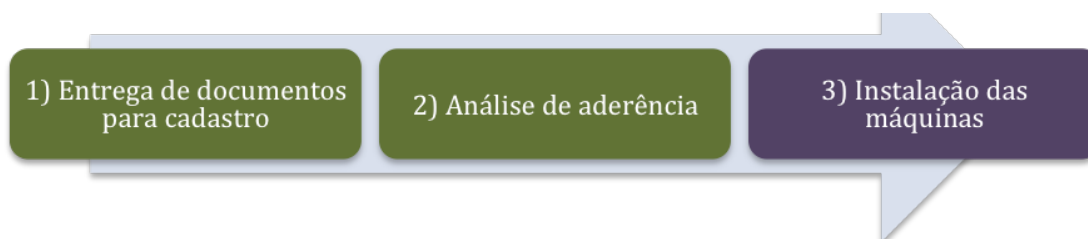
<sup>8</sup> Devemos ressaltar que a formação do Conselho foi composta sem a consulta às organizações da sociedade civil destacadas em itálico, isto por sua vez gerou a modificação da composição do ECOSOL-CPDES na própria Lei, uma vez que estas organizações foram contra a participação no conselho.

envia os dados a Vale Shop (2) que, por sua vez, envia os cartões ao Banco Mumbuca (3), administrado pelo Instituto Palmas, que então os entrega para os usuários.



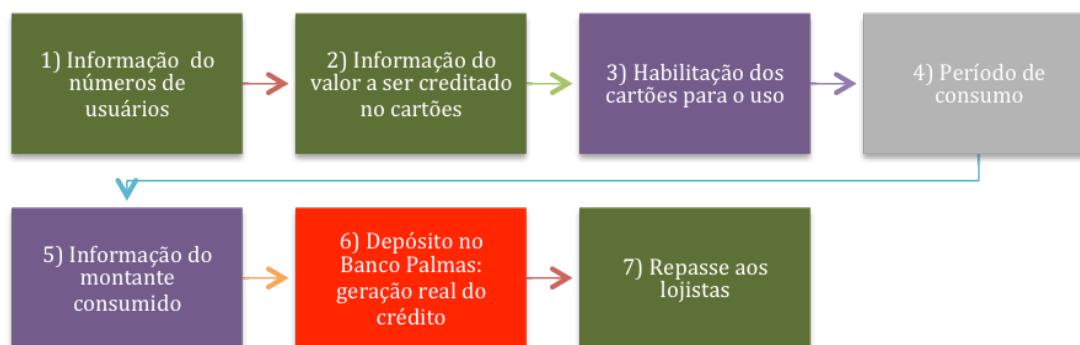
**Legenda:** Funções do Instituto; da Vale Shop e da Prefeitura.

Já no caso dos comerciantes deve ser feito um cadastro mediante a entrega de documentos (1) e uma análise da aderência<sup>9</sup> pelo Banco Palmas (2) – com parecer favorável ou contrário -, para que a Vale Shop realize a instalação das máquinas, juntamente com seu acompanhamento técnico (3).



O fluxo de crédito dentro do programa, por sua vez, funciona da seguinte maneira: (1) inicialmente o Instituto levanta a informação de quantos cartões foram entregues e quantos deverão ser recarregados, então (2) o mesmo pode passar o valor à Vale Shop que então (3) habilita os cartões para o uso no dia 5, ou dia útil posterior - deve-se notar que o crédito não foi gerado até então. Nesse momento (4) inicia-se o período de consumo durante o mês todo, de modo que no dia 31 se conte tudo o que foi consumido no estabelecimento (5) para no dia 2 ou 3 se gere o crédito e deposite na conta do Instituto (6), para que esse repasse aos lojistas a quantia consumida (7), subtraída de 3% que é a taxa administrativa da Vale Shop.

<sup>9</sup> Essa análise aborda o tamanho do comércio, procurando verificar se trata-se de um negócio local; se existem lojas próximas já cadastradas com os mesmos produtos (assim como a natureza destes, descartando, por exemplo, lojas de bebidas alcoólicas); viabilidade da aderência, uma vez que visa-se aumentar o número de comércios juntamente ao de usuários, evitando concentrações.



Deve-se notar que dessa forma o dinheiro só passa da prefeitura para o Instituto, que possui duas contas dedicadas ao convênio, uma para as transações que descrevemos acima e outra para aquelas que são pertinentes às despesas administrativas do Instituto. O gerente comentou nesse momento que o enorme período de espera até o dinheiro cair é um dos maiores motivos de resistência dos comerciantes, pois um pouco mais de um mês é muito, então citou o plano de reduzir esse tempo primeiramente para 15 dias e depois para 5.

## 5- Atores socialmente relevantes

### I) Usuários

Ao todo foram entrevistados 28 usuários, dividindo-se entre 8 pré-usuários e 20 usuários, sendo que os segundos foram entrevistados após a recarga dos cartões no dia 6, logo antes de consumirem. Dentre eles as reclamações mais recorrentes eram a demora para confecção e entrega do cartão, preço dos estabelecimentos credenciados e o valor. A grande maioria enxerga o benefício como algo próprio, mais que da comunidade, perguntando-se algumas vezes o porque do não credenciamento dos maiores, que são mais baratos. Além disso citavam em boa parte das vezes a existência de um “viés político”, justificado pela necessidade do título de eleitor para realizar o cadastro - não enxergando isso necessariamente como algo negativo, mas como parte do processo. Os gastos em geral são feitos com alimentos - principalmente em mercados - e remédios: normalmente usuários mais velhos tendem a gastar mais com farmácia, ao passo que os mais jovens e com família gastam mais com alimentos, os demais gastos são marginais, sendo realizados com o restante. Não há uma regra precisa sobre como

gastam o crédito, porém aqueles que moram mais perto dos estabelecimentos credenciados tendem a gastar aos poucos, enquanto os que moram mais longe compram tudo de uma vez ou meio a meio.

Muitos deles não sabem muito bem quais estabelecimentos estão ou não credenciados, reclamando que faltam alternativas e por vezes que não existem - embora existam - comércios credenciados em suas regiões, pois não viram a lista de comércios credenciados. Uma ideia que tivemos seria colocar a lista de comércios junto no envelope em que vem o cartão e a senha, já informando os usuários sobre suas opções no momento de recebimento. Em geral ficam sabendo do cartão por vizinhos e pela família, encontrando muitas vezes cartões na mesma família e por vezes na mesma casa - embora os cartões sejam em teoria exclusivos para um único domicílio, salvo no caso de pensões e “puxadinhos”<sup>10</sup>.

## II) Comerciantes

As entrevistas com comerciantes se deram em geral com os proprietários ou gerentes, tratando-se das pessoas que acompanharam o, ou o não, credenciamento mais de perto. Ao todo foram feitas 27 entrevistas, divididas em mercados (6), farmácias(3), padaria(3), hortifruti(4), lojas de construção(4), outros(7), sendo destes 17 credenciados, 6 descredenciados e 4 não credenciados. Dentre a grande maioria deles houve resistência em aderir ao programa por receio de que a prefeitura não iria pagar, temendo um calote, uma vez que as mercadorias são vendidas ao longo do mês mas o dinheiro só chega no final. As exceções a este medo se davam entre aqueles que tinham conhecidos na prefeitura que lhes recomendaram ou que aderiram mais recentemente depois que viram o bom funcionamento do programa. A percepção em relação ao programa é bem positiva em geral, as vendas aumentaram e os casos de atraso são raros e se deram apenas no início do programa. As principais críticas feitas foram: a demora para cair o dinheiro - 30 dias - desde que os usuários recebem o crédito, o que por vezes dificulta a reposição do estoque para continuar vendendo; o sinal da máquina, que muitas vezes encontra problemas, fazendo com que fiquem até dias sem conseguir passar o cartão, perdendo algumas vendas; e a falta de orientação dos usuários, que por vezes são desrespeitosos, tentando comprar bebidas e cigarros, agindo de maneira agressiva

---

<sup>10</sup> Espécie de pensão, onde moram mais de uma família na mesma casa ou terreno



quando são negados e passando mais que o crédito que possuem, de modo que muitos carrinhos cheios ficavam para trás atrapalhando a organização dos estabelecimentos. Além disso, uma única data - dia 5 - para disponibilizar o crédito à todos os usuários provoca um tumulto no começo do mês, com muitas filas, enquanto no restante do mês o movimento é bem mais tranquilo.<sup>11</sup> Ao perguntar aos credenciados sobre o volume de vendas ganho com o Mumbuca, muitos não souberam responder exatamente quanto, sabiam que ganhavam, no entanto a maioria demonstrava não ter um controle sobre os valores, com exceção de alguns que mostraram acompanhar os extratos. Com o aumento nas vendas vimos que em muitos casos houve contratação de novos funcionários e ampliação do negócio, seja em relação ao espaço físico e/ou estoque de mercadorias, mostrando uma clara percepção de aumento da demanda mesmo dentre aqueles que não realizam um controle formal.

Dentre os descredenciados, os motivos de abandono são por problemas advindos do credenciamento, ou medo dos futuros que poderiam vir. No caso do Mercado Líder, o problema se deu entre a vendedora e usuárias do cartão, que se desentenderam resultando em uma queixa na delegacia, levando ao comércio a se descredenciar, entretanto o Banco Palmas auxilia o comércio com um advogado, pois acredita que ele não é culpado. Outro caso que teve problemas foi a Padaria N. Sra. Aparecida, que não recebeu o pagamento corretamente - no início do programa -, deixando de aceitar o cartão, fazendo com que sua máquina fosse retirada pela Vale Shop; até hoje não receberam o pagamento, embora possuam provas de que houve um erro. Outro caso foi de um depósito de bebidas que chegou a realizar apenas uma venda em 2 meses e desistiu pelo baixo movimento. No Hortifruti do Binho, a máquina foi retirada durante uma reforma e depois não voltou mais, sem um motivo aparente. Houve ainda o caso da padaria Ponto Certo, em que o sujeito se recusou a falar conosco pois tinha muito medo da política. Por fim, no Mercado do Val o desligamento se deu por conta dos rumores - como ele mesmo se referiu - de que não estavam mais pagando alguns comerciantes, de modo que procurou evitar riscos com medo de um calote e ver como se seguiria o programa, acreditando na possibilidade de voltar mais para frente. Mesmo entre os

---

<sup>11</sup> Isto nos deu a ideia de talvez estabelecer mais de uma data para repassar o crédito, dividindo os usuários em grupos ao longo do mês, o que os levaria a consumir o crédito em diferentes períodos reduzindo o tumulto. No entanto, o início deste passo seria complicado, pois os que receberiam depois poderiam não gostar, sendo necessário um bom planejamento e comunicação com a população.



descredenciados a avaliação do programa era positiva - com exceção do Líder - e gostariam de se credenciar novamente quando seus problemas estivessem resolvidos. Dentre os não credenciados, o principal motivo é medo de calote por se tratar de uma programa da prefeitura, encontrando um deles que já se credenciou, porém está esperando desde Dezembro sua máquina.

Um caso de grande sucesso dentro do programa é o Mercado Jolumar, que após a aderência ampliou o espaço físico do sacolão, acrescentando um açougue e aumentando também a quantidade das mercadorias mais solicitadas. Este caso é conhecido entre todos os atores socialmente relevantes como uma evidência dos vários benefícios que o programa pode trazer para o desenvolvimento da economia local, pois junto com o crescimento do mercado foram ampliadas as opções de compra e foram criados dois novos empregos para atender à nova demanda, demonstrando o benefício de aderir ao programa para não apenas o comércio, mas para a comunidade também, garantindo assim a boa avaliação do programa, essencial para sua existência.

**Tabela 10 – VENDAS MENSAIS DO MECADINHO JOLUMAR**

Meses	Quantidade vendida pelo Mercadinho Jolumar para as Mumbucas (R\$)	Mercado total de Mumbucas no mês	Percentual alcançado no mercado de Mumbucas
Janeiro	R\$ 1.686,68	R\$ 10.874,18	15,5%
Fevereiro	R\$ 25.840,88	R\$ 95.427,22	27,7 %
Março	R\$ 45.126,35	R\$ 183.735,17	24,5%
Abril	R\$ 68.821,14	R\$ 293.512,51	23,4%
Maio	R\$ 125.500,85	R\$ 467.730,00	26,8%
Junho	R\$ 149.688,36	R\$ 548.009,31	27,3%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 416.664,12</b>	<b>R\$ 1.599.288,39</b>	<b>26,5%</b>

Tabela retirada do 1º Relatório de Atividades do Instituto Palmas

### III) Poder Público

Foram realizadas oito entrevistas com o Poder Público, sendo elas com o Secretário de Direitos Humanos Miguel Moraes e duas funcionárias da secretaria, o Presidente da Câmara dos Vereadores Fabiano Horta, Vice Prefeito Marcos Ribeiro, Secretário da Fazenda Roberto Santiago e duas representantes da Secretaria de Assistência Social no Fundo do Banco Comunitário Popular de Maricá.

A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania é o órgão responsável pela divulgação e cadastro da população com renda familiar de até um salário mínimo ou deficientes. São solicitadas as cópias dos seguintes documentos: Identidade, CPF, Título de eleitor em Maricá, PIS ou PASEP, comprovante de residência, carteira funcional, cartão do INSS, comprovante de endereço, carteira de vacina (menor de 6 anos), certidão de nascimento dos filhos, declaração escolar, documentação do cônjuge, se houver (RG, CPF, comprovante de renda). Além da verificação de renda pelo CPF - por meio do sistema da Receita Federal – e pela carteira de trabalho, no momento do cadastro são realizadas perguntas relacionadas a gastos em alimentação, gás, galão de água, remédios, entre outros, para mapear a renda e o consumo para ver não há discrepância nos valores ditos e também perguntas gerais para completar o cadastro, tais como telefone de contato, se mora em casa própria, número de cômodos, se há fossa e relógio próprio, situação de trabalho, cor, se recebe algum benefício de programas federais, entre outros. São exigidos muitos documentos e muitas vezes o futuro cadastrado esquece algum documento ou não entende direito o que precisa ser feito, fato que faz com que os funcionários da secretaria tenham muita paciência para lidar com a população de baixa renda.

#### **IV) Instituto Palmas**

Foram entrevistados quatro funcionários do Instituto Palmas, três deles trabalham diretamente com a população na entrega dos cartões e o quarto é o gerente administrativo. As competências do Instituto Palmas de acordo com o convênio firmado com a prefeitura são I) Banco Comunitário: a) implantação, gestão e operacionalização das unidades do Banco Comunitário Popular de Maricá e b) implantação da Moeda Social Mumbuca; II) Programa Social: a) operacionalização, gestão, gerenciamento e o pagamento das bolsas às famílias beneficiárias do Programa Social Bolsa Mumbuca. De acordo com os funcionários que lidam diretamente com a população as principais reclamações são de atrasos com o cartão - o que não é “culpa” do Instituto, mas da Vale Shop e da prefeitura. Dentre os motivos dos atrasos os funcionários consideram o processo de digitalização do cadastro ineficiente, além de atrasos nas confecções dos cartões por parte da Vale Shop.

Atualmente a fase do projeto não permite que o gerente foque exclusivamente no gerenciamento, pois como o programa ainda está no início, muitas vezes cabe a ele "apagar os incêndios", tendo que resolver algumas questões mais pontuais tanto dos usuários como dos comerciantes, como perdas de senha, problemas com a máquina, entre outros. Entretanto, isso não o impede de pensar em demandas mais profundas, como a realização de um software que junte o cadastro da prefeitura com o banco de dados do Instituto e também o da Vale Shop, o que aumentaria a eficiência e reduziria os erros que acabam ocorrendo por conta do trabalho manual em planilhas do Excel. Outra ideia é de identificar geograficamente os dados do programa, permitindo uma visualização mais fácil, o que colaboraria nas tomadas de decisões, assim como no andamento do programa em cada região.

### **V) Vale Shop**

O papel da Vale Shop no funcionamento do Programa se baseia na fabricação dos cartões, instalação e manutenção das máquinas e “disponibilização” do crédito aos cartões. Caso alguma máquina não apresente atividade durante três meses em um estabelecimento, ela é retirada de acordo com o contrato com a Vale Shop.

O contrato foi firmado com o Instituto Palmas, que realizou reuniões com a Vale Shop e com a Innova Payments para verificar a possibilidade de customização do Cartão eletrônico antes do Programa ser executado. A Vale Shop mostrou maior capacidade técnica em adaptar-se as demandas do Cartão Mumbuca e foi contratada para realizar a fabricação e operações com o cartão. No contrato ficou acordado que o valor de 3% cobrado ao comerciante sobre o preço de venda será destinado à Vale Shop.

Não foi possível realizar nenhuma entrevista com algum funcionário da Vale Shop. Nos foi dito apenas o nome de Ricardo, que cuida da parte de manutenção das máquinas, frequenta as lojas credenciadas de Maricá e o Banco Palmas, mas não foi possível encontrá-lo. Nas lojas cuida da assistência técnica e no Banco recebe informações das reclamações e atualiza-se sobre demandas encontradas que devem ser atendidas pela Vale Shop.



## VI) Sociedade Civil

Entrevista com o Presidente da Associação Comercial de Maricá Adélio Soares. Tentamos entrar em contato com a Câmara dos Dirigentes Lojistas, a Associação dos moradores e a Associação dos Médicos mas não conseguimos disponibilidade para realização das entrevistas.

Na entrevista com Adélio, presidente no terceiro mandato (1997-1999, 1999-2001 e 2013-2014) da Associação Comercial de Maricá foi possível saber mais a fundo o posicionamento da instituição perante o Programa Social Bolsa Mumbuca e os questionamentos sobre a formação do Conselho. Ele nos disse que a Associação não faz parte do Conselho pois não houve nenhum tipo de consulta prévia à entidade antes da lei ser sancionada. O conselho era formado por 5 representantes do Poder Público e 4 da Sociedade Civil, o que acabou gerando um descontentamento pois, independente da discussão sempre, o Poder Público sempre teria um voto a mais, desempatando uma possível disputa de interesses. Este foi um dos maiores questionamentos exposto pelo Presidente: "Nós não somos contra por ser contra, porque participar se não teremos voz?".

Adélio levou a questão para uma assembleia com membros da Associação e depois de muita discussão chegaram ao consenso unânime de que eles não deveriam formar o Conselho. Então o Presidente fez um ofício dizendo que a Associação estava fora do conselho e o enviou para a Prefeitura. "Se não fosse a falta de respeito com a nossa entidade pelo fato de não nos consultar sobre a pretensão de participar do conselho e da sua estruturação 5x4 nós teríamos apoiado o projeto, tanto com a divulgação e a orientação de nossos associados." Na época o Projeto ainda não estava implementado e havia rumores de que a moeda social seria em cédulas. Fato que fez com que os comerciantes associados ficassem com muitos questionamentos sobre a legitimidade da mesma: como trocar a moeda? Onde seria o Banco?

Logo após o ofício a câmara realizou uma reforma no artigo do Conselho, modificando a composição dos membros da sociedade civil. Na mudança houve a troca de um membro da Associação Comercial e um membro da Câmara Lojista - também contra a participação no conselho - por dois membros representantes dos comerciantes

de Maricá. Segundo Adélio, provavelmente os nomes indicados não devem ter sequer um CNPJ.

Em relação ao Programa, Adélio nos disse que "não é contra 100% das coisas", sendo o formato eletrônico uma novidade interessante. Acredita que "ninguém tira a pobreza com dinheiro, muitos aqui já recebem o Bolsa Família. Isso ajuda a manter a pobreza porque o povo já tá acostumado a receber e não quer saber de trabalhar". Criticou também a maneira pela qual o programa foi criado citando exemplos de outras experiências no Brasil em que a Sociedade Civil, em uma determinada região de uma cidade, acaba se mobilizando para a criação de Banco Comunitário e Moeda Social, diferentemente de Maricá, no qual surgiu do Poder Público em um perímetro municipal e com transferência de renda direta. Acredita ter um viés político pois para realizar o cadastro é preciso que o título de eleitor do beneficiário esteja registrado em Maricá, o que segundo ele acaba atraindo ainda mais a pobreza pois pessoas de outros municípios acabam vindo pra cá para receber o benefício: "não está trazendo benefício para ninguém". Em relação aos comerciantes, não sabe se seus associados aderiram ao programa e considera a Associação apolítica sobre esse tema, não havendo a manifestação para que seus associados não se credenciem ao programa.

## 6- Discussão

---

Durante a experiência surgiram algumas questões que merecem ser levantadas por se tratarem de pontos essenciais para o sucesso do programa e pela percepção destas pelos diferentes grupos envolvidos na sua realização. A primeira é o fato de que, tratando-se de uma política que depende do cadastramento tanto de usuários quanto de comerciantes, a aderência e aceitação ao programa - bem como a confiança nele - são essenciais para seu funcionamento. Percebemos nessa questão um desafio em função da resistência dos comerciantes em se envolver com a prefeitura e um banco desconhecido pela população, sendo ainda agravado por conta da implementação de cima para baixo (*top-down*).<sup>12</sup> Com isso, descobrimos que as gestões municipais anteriores tinham

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar que essas questões foram abordadas no texto de DINIZ 2014, na

muita pouca credibilidade, por “não fazerem nada”, como foi dito muitas vezes. Dessa forma, a gestão atual teve um papel fundamental na aproximação da população da prefeitura, o que deu-se apenas no segundo mandato do prefeito.

Com isso, consideramos que foi muito importante a realização de audiência públicas e outras atividades que procuraram informar a população sobre o programa, embora ainda hoje tenhamos encontrado resistência, ela é decrescente conforme o programa apresenta resultados. A partir do que foi levantado, é interessante comparar a implementação com a do Banco Palmas, que surgiu a partir da organização da sociedade civil em uma determinada região de Fortaleza, enquanto em Maricá a experiência se deu por iniciativa do Poder Público, como um programa transferência de renda e economia solidária desenvolvido para toda a extensão municipal, tratando-se uma política pública estabelecida em lei.

Uma questão importante trata-se da diferente noção do benefício comunitário entre os atores socialmente relevantes<sup>13</sup>. Por parte do governo municipal há uma noção mais ampla e profunda das transformações trazidas pelo programa, de modo que durante as entrevistas tenham sido contemplados pontos como a retenção do dinheiro na comunidade, desenvolvimento do comércio local, auxílio à população de baixa renda, juntamente com os passos futuros, como a disponibilidade de microcrédito, incentivo às cooperativas, como foi citado. Não achamos o Instituto Palmas muito diferente da prefeitura em relação à visão dos benefícios do programa, pelo alinhamento que as instituições tinham em função do convênio estabelecido entre eles. Já os usuários não tinham a mesma concepção, salvo exceções, em geral viam o programa como um benefício individual mais que coletivo, reclamando da não aderência de mercados maiores e mais baratos – porém externos – e do valor repassado – sem pensar que o aumento é multiplicado pelo número de usuários. Os comerciantes por sua vez viam como um benefício próprio, citando o aumento das vendas, e dos usuários, citando durante as entrevistas o fato de que eram pessoas muito humildes que recebiam o benefício sendo algo muito importante para elas por lhes permitir comprar um pouco mais do essencial. É interessante ressaltar que os beneficiários – tanto usuários como comerciantes – citavam a existência um viés político de que o programa visava a sucessão da gestão atual, não como algo ruim, mas como parte do processo.

---

tabela 1, citado na bibliografia (referência 5).

<sup>13</sup> O que também foi abordado no texto de DINIZ 2014, na tabela 2



Outro ponto discutido foi a escolha da moeda exclusivamente digital, que por um lado aumenta o controle a segurança, produzindo também informações relevantes para a administração municipal, e por outro reduz a circulação uma vez que os comerciantes receberão em reais, podendo gastar o dinheiro fora da comunidade. O secretário de Direitos Humanos durante a entrevista ressaltou diversas vezes as vantagens de se utilizar a moeda eletrônica, como o estímulo da economia local, dificuldade de falsificação, possibilidade de bloqueio, a carga automática realizada mensalmente sem que o usuário ou comerciante tenha que se preocupar e o controle. Pelo fato da moeda ser eletrônica, o controle ocorre muito facilmente, pois a prefeitura sabe os lugares e os produtos onde o cartão foi passado, e também elimina e/ou dificulta a compra de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas ilícitas, além de ser um meio seguro tanto para os comerciantes credenciados que irão receber o dinheiro em suas contas quanto para os usuários. Enfatizou que um dos problemas do Bolsa Família era a compra de drogas estimulando o tráfico.

Foram citados exemplos que mostram os ganhos que se tem com este controle, como um estudo que mostrou que o crédito é gasto em 1º lugar com alimentação e 2º em farmácias – sendo dentro delas 1º com medicamentos e 2º em perfumaria. Foi possível descobrir ainda que gasta-se mais com remédios como hipertensivos e antibióticos, reconhecendo que gastos como esse reduziram também o erário da prefeitura com saúde, possibilitando melhora da higiene pessoal e medicina preventiva. Além disso, mostrou-se essencial que os comerciantes recebam em reais – diferentemente do Banco Palmas -, uma vez que a maioria dos fornecedores encontra-se fora da cidade, contribuindo também para a formalização dos comércios locais. Deve-se aliar ainda o fato de que pretende-se que os comerciantes possuam seu próprio cartão, podendo gastar seu dinheiro em outros comércios credenciados e com os fornecedores credenciados – que também é previsto para o futuro do programa.

Uma questão interessante que recentemente foi exposta pelo gerente do Banco Palmas foi a dúvida de até que ponto os mercados que já cresceram muito e dominam uma fatia expressiva do mercado Mumbuca, devem continuar recebendo máquinas POS - aparelhos de débito da Vale Shop - para continuar crescendo. Na sua opinião, acredita que é algo a se pensar, pois com menos máquinas, dificultaria o comércio, de modo que os usuários fossem induzidos a comprar em outro lugar para evitar as filas, entretanto a escolha da prefeitura foi por disponibilizar as novas máquinas –como aconselhado pelo





Instituto Palmas-, desta vez com um custo de 35 reais por máquina. Isso levanta um debate interessante, pois já podemos ver (como demonstrado na Tabela 10) a concentração de 26,5% gastos no Mercado Jolumar do montante total do mercado mumbuca, que recebeu novas máquinas. Além disso se somados apenas os dois empreendimentos que mais venderam (Jolumar e Trevo de Inoã), alcança-se a porcentagem de 43% de todo o volume de vendas do Mercado Mumbuca. Acreditamos, porém que mesmo que o crescimento ocorra de forma desigual, os mercados beneficiados são locais e proporcionam o desenvolvimento da região provendo empregos. Vale ressaltar que limitar máquinas nos estabelecimentos não é a melhor medida para combater a desigualdades nas vendas, mas sim uma melhor distribuição e publicização dos comércios credenciados, de modo que os usuários utilizem o cartão na sua região, promovendo o desenvolvimento mais distribuído geograficamente. *“Considerando-se que a concentração de renda está diretamente ligada a questão das desigualdades e que promover a igualdade é condição sine qua non para o sucesso de qualquer Política Pública de enfrentamento à pobreza, faz-se necessário que o Programa Mumbuca interfira no mercado de compras com o Cartão Moeda Mumbuca.”* (MELO 2014).

Por fim, um último ponto que pudemos observar foi a ausência de um sistema ou *software* único que agregue todos os procedimentos em um banco de dados único, ao qual o Instituto Palmas, a Prefeitura e a Rede Shop tenham acesso. Atualmente o método utilizado consiste no preenchimento manual de planilhas do Excel com os dados cadastrais dos beneficiários, que é repassado à Vale Shop para a confecção dos cartões. De acordo com o gerente, isso aumenta o número de erros e atrasa o processo, dificultando muito seu funcionamento. Com isso, ressaltamos – como citado também no relatório de atividades – que a existência de um sistema que coordene todos os procedimentos entorno de uma única plataforma seria ideal para o programa, principalmente por já possuir uma grande interface digital informatizada, articulando melhor suas ações.

## 7- Conclusão

---





A partir das três semanas de trabalho de campo foi possível conhecer o Programa Bolsa Moeda Social Mumbuca, conversando com os atores socialmente relevantes, conhecendo seus desafios e questões. Apesar de ser um programa recente, no primeiro semestre de existência obteve sucesso não só em relação as metas que foram atingidas mas principalmente pelo impacto positivo gerado no município. Atualmente, por mês cerca de R\$640.000,00 – de um total de R\$ 1.598.623,66 distribuídos em 6 meses - circulam dentro dos 74 estabelecimentos que realizaram vendas, desenvolvendo o comércio local, de pequeno a médio porte, com o aumento das vendas e geração de empregos e também garantindo à população de até um salário mínimo e deficientes o acesso ao benefício que os geram uma melhora na qualidade de vida. Até o final de Junho já haviam sido confeccionados 7.576 cartões, o que equivale a 58,2% das 13.000 famílias que vivem em situação de pobreza no município de acordo com o IBGE. O dinheiro da transferência, que é proveniente dos recursos dos Royalties do pré-sal, é um bom exemplo para outros municípios de como fazer um bom uso do repasse para amenizar a desigualdade social e trazer melhorias duradouras para o município com uma fonte de receita passageira.

O fato de ser a primeira experiência em moeda social totalmente eletrônica do país fez com que o programa aumentasse seu sucesso em gestão, tratando-se de um mecanismo mais seguro para evitar roubo ou falsificação de cédulas, além de garantir mais transparência, controle dos gastos e informatização dos comerciantes e usuários do cartão, sendo assim, uma política pública referência em transferência de renda e uma grande inovação no campo de finanças solidárias.

Ainda resta mais um semestre para obter as metas anuais restantes da primeira etapa do programa e iniciar a segunda etapa de microcrédito iniciando uma fase de transformação mais ampla. Além disso conforme o programa obtém sucesso, é provável que seus benefícios sejam percebidos de forma mais ampla pela comunidade, não apenas como um programa de transferência de renda, mas como um banco comunitário com ações mais profundas.

O programa apresenta resultados muito satisfatórios tendo em vista ao que se propõe, em 6 meses apenas já conseguiu melhorar a vida de um número expressivo dos moradores mais pobres, atingindo também o comércio e assim a comunidade. Realizado com apenas X% dos recursos provenientes da transferência dos Royalties do pré-sal,

acreditamos que o programa tem muito a ensinar ainda, servindo de referência para outros programas de transferência de renda e finanças solidárias.

## 8- Bibliografia:

---

1- *Lançamento da Moeda Social Eletrônica MUMBUCA*. Informativo Instituto Palmas, Fortaleza, 27 de dezembro de 2013  
<<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/162600>> Acessado em 18/07

2 - MELO, Joaquim. *Um Programa de Distribuição de Renda pago em Moeda Social*, Folha de São Paulo, 11/03/2014  
<<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2014/03/1423837-um-programa-de-distribuicao-de-renda-pago-em-moeda-social.shtml>> Acessado em 18/07

3- VELASCO, Cláudia. *Para diminuir pobreza, Maricá, no RJ, cria 1ª moeda social eletrônica do país*, G1, em São Paulo, 03/04/2014 06h58  
<<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/04/para-diminuir-pobreza-marica-no-rj-cria-1-moeda-social-eletronica-do-pais.html>> Acessado em 18/07

4- Agência Efe. *Arma contra a pobreza, “Mumbuca” é a primeira moeda social eletrônica do País*, 02/07/2014, Época Negócios  
<<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/07/arma-contrapobreza-mumbuca-e-primeira-moeda-social-eletronica-do-pais.html>>



5- DINIZ, Eduardo H.; ALVES, Mário Aquino ;CERNEV, Adrian; NASCIMENTO, Eros Digital social money implementation by grassroots organizations: combining bottom-up and top-down strategies for social innovations, *European Group for Orgazational Studies*, jun/14 <<http://tinyurl.com/maricamumbuca>> Acessado em 18/07

6- FRANÇA FILHO, Genauto C.; JÚNIOR, Jeová T. S.; RIGO, Ariádne Scalfoni. Solidarity finance throught community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *Revista de Administração*, São Paulo, volume 47, número 3, 500-514, Julho de 2012.

7- MELO, Joaquim. *1o Relatório de Atividades - Janeiro a Junho de 2014*, Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária

8 -LEI MUNICIPAL No 2.448, de 26 de Junho de 2013, 14 páginas.

9 – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/marica\\_rj](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/marica_rj)>. Acessado em 19/07

10 – Site: Meu Município <<http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/municipio/330270>>. Acessado em 19/07

11- Portal da Transparência da Prefeitura de Maricá – Uso dos Royalties <[http://187.108.190.211:6080/ecidade\\_transparencia/main#](http://187.108.190.211:6080/ecidade_transparencia/main#)>. Acessado em 19/07